DECRETO Nº 40.621, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2007

HOMOLOGA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DECLARADA PELO DECRETO Nº 763, DE 12 DE JANEIRO DE 2007, DO PREFEITO MUNICIPAL DE LAJE DE MURIAÉ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o disposto no § 1º do Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Defesa Civil, o que consta do Processo nº E-08/0426/050.000/2007,

CONSIDERANDO:

- O implemento das precipitações hídricas ocorridas, que provocaram o extravasamento da calha do Rio Muriaé, ocasionando as inundações (ENCHENTES OU INUNDAÇÕES GRADUAIS – NE.HIG – 12.301) em áreas daquele Município;
- Que, em consequência desse desastre, resultam os danos e prejuízos documentados nos Formulários de Avaliação de Danos do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, os quais foram confirmados pelo órgão de Coordenação da Defesa Civil Estadual.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA** declarada pelo Decreto nº 763, de 12 de janeiro de 2007, do Prefeito Municipal de Laje do Muriaé, válido para as áreas afetadas pelo desastre, conforme descrita no Formulário de Avaliação de Danos e pelo mapa das áreas afetadas, constantes do Processo nº E-08/0426/050.000/2007.

Art. 2º - Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil e, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos jurídicos que lhe são próprios, no âmbito da administração estadual.

Art. 3º - Os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sediados no território do Estado do Rio de Janeiro, ficam autorizados a prestar apoio suplementar ao município afetado pelo desastre, mediante prévia articulação com o órgão de Coordenação do Sistema (SESDEC), no âmbito estadual, e de acordo com o planejado com a devida antecipação.

Art. 4º - Este Decreto de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2007, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de declaração.

Parágrafo Único – O prazo de vigência deste Decreto poderá ser prorrogado até completar 180 (cento e oitenta) dias.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2007.

SÉRGIO CABRAL